



Rua Luciano Cordeiro, 24 A/B  
1100 LISBOA  
Telef. 52 5665



INTERVENÇÃO DA

ENGENHEIRA MARIA DE LOURDES PINTASILGO

Fundação Cuidar o Futuro

Estufa Fria

17 de Novembro de 1985



1. Torna-se hoje mais claro o significado da minha candidatura à Presidência da República. É mais fácil definir os contornos do nosso projecto, é mais fácil, também dizer o que ele não é.

A minha candidatura não nasce nem de um qualquer cálculo longamente premeditado, nem de uma precipitação de último momento. Nasce sim, da consciência de um ponto de viragem em que se encontra a sociedade portuguesa e do carácter exemplar dessa situação no contexto extremamente complexo e instável dos problemas mundiais.

Desde há longos meses que a opinião pública me foi manifestando com uma perseverança iniludível, uma confiança consciente e clara para que assumisse as responsabilidades de condução do País. Foram contagiantes expressões de vontade popular colhidas no contacto directo com gentes das mais diversas regiões. Mas foi também o sentido muito nítido que se pode ler em todas as sondagens divulgadas até hoje.

Verifiquei que existe na sociedade portuguesa, em todos os estratos e em todas as suas áreas ideológicas, uma forte adesão ao meu projecto. Isso induziu em mim uma responsabilidade que se traduziu numa atitude política: que fazer senão corresponder a essa confiança?

Toda a minha concepção do serviço dos outros e de missão que em cada momento nos é exigida, foi aí posta à prova. Eram vários os caminhos que se me ofereciam. Face a um país - o nosso - onde há fome, carência de habitação e lar, desemprego, corrupção, frustrações acumuladas, desânimo crescente, escolhi o único caminho possível: o desta candidatura.

Percorri então uma parte significativa do país para tentar verificar se a frieza insistente dos números, correspondia a convicção e o entusiasmo de pessoas dispostas a tornarem viável este projecto. Encontrei e reuni com numerosos grupos vindos das mais variadas origens. Dei-me conta de que existia de facto uma vontade de descobrir e construir uma solução para os problemas nacionais. A impaciência de uns justificava-se pela revolta ou desespero de muitos. A esperança de outros nascia de esse mesmo desespero: eles sabiam que mesmo os problemas mais difíceis têm caminhos de solução. Era preciso dar uma forma ponderada, realista e eficaz, a essa impaciência e a essa esperança.

Concluí assim que a minha candidatura correspondia a um sentimento lúcido e a uma reflexão corajosa: o sentimento mostrava a todos que o barco em que todos estávamos começava a afundar-se. A reflexão dizia-nos que era necessário conter o desastre e tudo fazer para colocar o barco em bom rumo. Tomei assim consciência de que havia, não apenas receptividade, mas vontade e energia disponíveis para concretizar este projecto.

Organizamo-nos, criámos estruturas regionais, afrontámos dificuldades, que sempre soubemos vencer. Temos hoje núcleos formados, sedes de distritos, folhas de informação; cada um possui o seu próprio cariz, o seu sentido de iniciativa, a sua imaginação singular. A base de apoio desta candidatura organizou-se por si própria, sem quaisquer dependências em relação a estruturas prévias, e o resultado comprova-se na presença aqui de todos vós. Esta candidatura tem um pensar comum, tem objectivos próprios, tem uma forma clara e transparente de intervir na política, e tem o entusiasmo suficiente para concretizar o que pensa e levar à prática o que imagina.

Esta foi a maneira de irmos construindo, pouco a pouco, mas firmemente, aquilo que hoje constitui a nossa maior força: uma iniludível independência. É hoje mais claro qual o preço dessa independência, mas por isso mesmo podemos ter orgulho no que ela significa.



A afirmação de independência, se foi, num primeiro tempo, a simples verificação de não filiação num partido político e a não sujeição a forças económicas organizadas, é, hoje, na fase delicada e complexa que estamos vivendo, a afirmação de autonomia de um pensamento, de capacidade de analisar, discernir e confrontar, de liberdade de expressão e escolha dos cidadãos portugueses. É ainda - mas este ponto é extremamente importante no momento actual - uma independência em relação às técnicas fáceis do marketing político, ao recurso às manipulações emocionais ou aos processos de encenação congeminados nos bastidores.

Mas, porque é uma independência em todas estas vertentes, a minha candidatura é já uma prova muito clara de que o povo português pode organizar-se, pensar pela sua própria cabeça, congregar esforços, formular problemas, descobrir soluções, pô-las em prática. Por isso mesmo, esta candidatura diz que a política é acima de tudo um acto cultural. E por isso mesmo, ela é desde já um acto cultural.

Tenho afirmado em diversas circunstâncias o primado do cultural, a sua anterioridade não só em relação à técnica e à economia como em relação à política.

Reafirmo aqui esse primado. É possível desejar, imaginar, pensar, reunir, congregar, construir, objectivar as aspirações de um viver comum. É possível, portanto, dizer hoje que, em torno de um objectivo político - a minha eleição para a Presidência da República -, uma parte importante do povo português soube encontrar em si a intuição suficiente, o entendimento necessário e a capacidade de actuação, para produzir o que é, de um modo muito visível, um movimento cultural. O que nos reúne aqui hoje é um objectivo político a alcançar. Mas o que alcançámos já é um acto cultural em que todos nos transformamos e ajudamos a transformar o país que somos.

Perguntava há pouco: que fazer senão corresponder a esta confiança?  
Pergunto agora: que fazer senão continuar a corresponder a uma confiança cada vez maior?



2. O relacionamento de uma candidatura - e, em particular de uma candidatura efectivamente independente - com os partidos políticos não é, nem pode ser, concorrencial ou conflitual. Reafirmo assim que os partidos políticos são indispensáveis em democracia, sobretudo se souberem ser expressões organizadas de formação da vontade popular, e não feudos em que se exerce o controlo rígido de alguns sobre a maioria. Reafirmo a sua importância na realização da componente parlamentar do regime: na constituição de uma Assembleia da República representativa da vontade dos cidadãos e na formação de governos eficazes, aptos a estabelecerem programas adequados à sociedade portuguesa, e a cumprirem, sem tibiezas nem indesculpáveis ignorâncias, os projectos em que se empenharam e comprometeram.

A independência do Presidente da República não é distância e oposição aos partidos, mas colaboração e composição com eles. No entanto, colaborar não quer dizer entrar numa lógica partidária que por vezes se crispa ou bloqueia por motivos insignificantes que não consideram a premência dos grandes problemas nacionais. Estar com os partidos sem ficar dependente deles, exige um sentido autêntico de independência que conduza o diálogo ao nível pertinente em que o essencial se desprende do secundário e em que as decisões surgem como uma construção racional elaborada em comum.

Mas estes princípios e esta disponibilidade não são apenas uma afirmação para o futuro. Têm sido desde a primeira hora uma prática desta candidatura, onde o diálogo com todas as forças e a todos os níveis de actividade política, constitui um enriquecimento permanente das nossas propostas e um estimulante exercício de democracia viva. Assim temos procedido e assim pretendemos continuar a proceder.

3. A 27 de Julho, aquando do anúncio público da minha candidatura à Presidência da República, dei conta de algumas das grandes questões que se punham no exercício da função presidencial, enquanto garante da independência nacional, da unidade do Estado e do regular funcionamento das instituições democráticas.



Hoje, considero oportuno dizer como vejo o exercício da função presidencial.

Uma das competências próprias que, no edifício constitucional, cabe ao Presidente da República é a de "se pronunciar em todas as emergências graves para a vida da República". Tal competência exprime, no limite, a exigência de uma atitude quotidiana: a da atenção vigilante perante todas as questões da vida nacional.

Põe-se aqui, sem equívocos, a questão, hoje tão debatida à escala internacional, da governabilidade, isto é, de como é possível abarcar a complexidade crescente dos problemas e dar-lhes resposta adequada.

Não é certamente função do Presidente da República ter uma solução para cada problema. Mas é sua responsabilidade conhecer e saber formular esses problemas enquanto problemas, isto é, enquanto questões abertas que atravessam a realidade da vida portuguesa e que são obstáculo a que, no plano individual, sejam satisfeitos os direitos sociais, económicos, culturais, cívicos e políticos, e a que, no plano colectivo, se dignifique o Estado. Daí o realismo que a função presidencial exige.

Referencial da realidade portuguesa e do peso da cada problema nessa realidade, o Presidente da República tem de ser também, a meu ver, referencial da continuidade das opções que vão sendo tomadas a nível do Parlamento e do Governo. O seu papel de Chefe do Estado não é feito de uma sucessão de instantes. Cabe-lhe perspectivar, no médio e longo prazo, as decisões tomadas aos vários níveis do poder político de modo a explicitar-lhes as consequências e a poder salvaguardar os valores fundamentais da indentidade do nosso povo e da independência nacional.

Por isso, não pode ser-lhe indiferente o processo de desenvolvimento, a elaboração e execução do Plano, os factores humano, material e ecológico das escolhas no domínio científico e tecnológico.



Tão pouco pode tomar como meramente conjunturais as questões que dizem respeito à nossa inserção no mundo. Aí assumem particular relevo alguns grandes eixos da nossa inserção na realidade multiforme da vida internacional: o eixo europeu que envolve e ultrapassa a nossa integração na CEE, o eixo dos países de língua portuguesa, o eixo do espaço ibérico europeu e americano.

Atento aos problemas do todo nacional e movido pelo projecto de pôr em prática a Constituição nas suas traves mestras, cabe ao Presidente da República buscar todods os vectores de convergência presentes nas diversas áreas da vida social. Se a sua função implica ser o garante da unidade do Estado, o Presidente da República deve representar na sociedade portuguesa um referencial de unidade ao nível dos valores em que assentam a nossa história-em-devir, ao nível dos objectivos que nos propomos enquanto povo neste fim-de-século, ao nível das solidariedades implícitas no tecido social.

Por isso, as convergências que devo procurar não se resumem ao esquema físico simples da resultante de várias forças com sentido e direcção diferentes. É certo que é preciso atender a essa correlação de forças. Mas, aceitá-la passivamente como um mecanismo de forças cegas não é compatível com o plano em que coloco o sentido da responsabilidade política.

Pretendo procurar as convergências fundamentalmente ao nível das ideias e do confronto racional. É aí que se podem encontrar as respostas de que precisamos. E, simultaneamente, é aí que a política se dignifica como exercício de um pensamento construído em comum.

Não é um caminho fácil, sei-o bem. Mas não me candidato para, no futuro, me limitar a assegurar o funcionamento meramente mecânico das instituições.

Candidato-me para que as instituições sejam portadoras de vida, sirvam os fins para que foram criadas, atinjam a máxima dignidade no quadro de uma democracia plena.



Para tanto há que sublinhar a primazia das instituições do poder político.

Nesse âmbito, existe no nosso ordenamento constitucional um órgão onde, em razão do seu carácter consultivo, mais adequadamente se podem clarificar convergências e promover consensos. Refiro-me ao Conselho de Estado que deve, a meu ver, ser utilizado até ao máximo das suas potencialidades, já que é a única instituição onde têm assento personalidades provenientes dos vários órgãos de soberania e das principais forças políticas. Fragmentada como está a opinião pública portuguesa em correntes políticas muito diversas, o Conselho de Estado poderá ser um órgão onde, num primeiro tempo e com a dignidade própria, se estabeleçam as plataformas de ideias indispensáveis para a consolidação da democracia e o desenvolvimento do país.

É aqui, bem como na relação directa com a Assembleia da República e o Governo, que o Presidente da República representa um referencial de solidariedade na procura activa e no estímulo construtivo para as soluções mais justas e mais eficazes.

No que toca à relação com a Assembleia da República, são vários os caminhos constitucionalmente abertos para o necessário relacionamento entre os dois órgãos de soberania dotados de legitimidade nascida do sufrágio universal. Sem crispações, têm de se criar condições de colaboração entre o Presidente e a Assembleia da República, na sua qualidade de órgãos perante os quais o Governo responde. Essa legitimidade democrática, embora não simétrica já que o Presidente da República tem o poder-limite de dissolver a Assembleia, tem uma matriz comum que é a vontade popular - eis quanto basta para tornar imperativa a solidariedade institucional do Presidente e do Parlamento.

A primazia das instituições políticas, porém, não pode absorver todo o conteúdo da prática democrática.

O acto cultural que o movimento de apoio a esta candidatura manifesta e prenuncia é já de si uma expressão do tipo de democracia que ~~se~~ <sup>deve</sup> promover - uma democracia participativa, uma democracia em que a responsabilidade política dos cidadãos não se realiza apenas ao eleger os seus representantes e ao delegar neles o poder da governação.



Fundação Cuidar o Futuro

Desde há muito vimos a afirmar que a política é de todos, a política é de todos os dias - não em nome de uma qualquer agitação permanente ou de um qualquer mito demagógico, mas porque só uma prática participativa é susceptível de despertar as energias sociais adormecidas e de canalizar os melhores esforços de todos ao encontro das soluções para os problemas concretos da nossa sociedade.

É esta convicção que me leva a entender que também cabe no papel do Presidente da República o estímulo e o empenho a que sejam postas em prática as formas constitucionalmente previstas de participação democrática dos cidadãos, para além da capacidade de elegerem os órgãos de soberania e do poder local.

Penso, entre outros, nos referendos locais e nos conselhos municipais e regionais onde podem participar as organizações sociais, económicas, culturais e profissionais.

É ainda da mesma convicção que decorre o significado que atribuo à função dos parceiros sociais, também eles formas organizadas de exprimir interesses colectivos, englobando os principais agentes económicos, como são os representantes das associações patronais e sindicais, mas indo mais além e integrando, num vasto e necessário diálogo social em torno das grandes áreas de problemas a que estão ligados, outros protagonistas, desde as Universidades e os organismos de investigação científica e técnica até às associações culturais, ao movimento cooperativo, à Escola como elemento estruturador da vida democrática.

O papel que atribuo ao alargamento do conceito de parceiros sociais tem que ver com o meu próprio entendimento da sociedade - um corpo orgânico em tudo tem a ver com tudo, em que o equilíbrio das partes constitui um sistema, em que as forças da imaginação, da solidariedade, da perseverança e do respeito pelas coisas verdadeiras e sólidas, constantemente recriam a sociedade e a levam a re-organizar-se a si própria, respondendo, por dentro, aos seus próprios desafios.



Numa sociedade democrática, os parceiros sociais - com a amplitude que lhes atribuo - são imprescindíveis para ultrapassar bloqueios de funcionamento e para revitalizar todo o tecido social, enquanto organismo vivo.

Mas esta vitalidade não é possível sem mecanismos de inter-comunicação entre o poder político e os cidadãos, entre os vários agentes sociais, entre os processos sectoriais ou locais. Não há democracia participativa sem uma comunicação social dignificada. A existência de mass media livres e independentes, regidos por critérios de profissionalismo, atentos à realidade que pretendem expressar, empenhados neste papel de inter-comunicação dos processos sociais, é uma necessidade vital do sistema democrático. Por isso mesmo compete ao Presidente da República ser o garante máximo do direito dos cidadãos a uma comunicação social que respeite plenamente a liberdade de informar e ser informado, não apenas assegurando a isenção e o pluralismo, como ainda a sua natureza de porta-voz do todo social, porta-voz da multiforme riqueza das ideias, das acções e das aspirações da sociedade portuguesa.

Este conceito amplo de democracia, onde cada homem e cada mulher se pode reconhecer como sujeito activo a contribuir para a edificação do futuro, recuperando a política para o quotidiano, valorizando a diversidade de formas em que a sociedade se organiza e que inter-agem entre si através de uma comunicação social livre, este conceito de democracia - repito - não será o único a conduzir-nos à modernidade que pretendemos.

A modernidade não é mera inovação tecnológica nem tão pouco a cópia de modelos supostamente avançados, e já atravessados por profundas crises.

A verdadeira modernidade, feita de maturidade, passa antes de mais pela nossa capacidade de termos uma cultura própria, um projecto próprio, em diálogo com as melhores contribuições dos outros povos, na serena convicção de que somos parte consciente da contemporaneidade da história.

